

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO
(1927 - 1969)

O ESTADO DE S. PAULO
Fundado em 1889

Por que o Parlamentarismo não é uma solução

21 MAR 1988

No calor de uma crise das proporções desta por que passamos, em que a falência do Estado e a dissolução das instituições desencadeiam o desespero que baixa a capacidade de vigilância e de reação do País real, e a disputa aberta pelo poder alimenta ambições e anula o senso de responsabilidade no País formal, é uma temeridade pensar em alterar o sistema de governo.

Mas, mesmo que vivêssemos uma situação de plena estabilidade política e econômica que permitisse que qualquer coisa fosse discutida neste país sem pressa e sem paixão, um debate sobre que sistema de governo implantar no Brasil já seria um sinal de grave anomalia. Em todos os países verdadeiramente democráticos do mundo — de sistema presidencialista ou de sistema parlamentarista — jamais nenhum deles foi implantado por quem quer que seja. Esses sistemas nasceram naturalmente, foram deitando raízes, se fortificando e se aperfeiçoando. Se todos os países da Europa democrática vivem sob o sistema parlamentarista e se nos Estados Unidos vigora o presidencialismo desde 4 de julho de 1779, isto é fruto das condições históricas e culturais desses países e não de uma opção entre alternativas apresentadas em um determinado momento.

Tomados isoladamente, são igualmente bons e aparentemente sólidos os argumentos teóricos apresentados, no Brasil, por parlamentaristas e por presidencialistas que, nos dois casos, tomam por base o parlamentarismo ou o presidencialismo realizado em outros países, ou a teorização que se fez a partir desses casos concretos. Só que o problema do Brasil não é este. Não é o nosso presidencialismo que está fracassando neste momento. O que está acontecendo é que estamos apenas constatando, mais uma vez, o quanto as condições sociais e culturais do nosso povo e especialmente das nossas "elites políticas" ainda estão longe de poderem permitir naturalmente o desabrochar e a consolidação de uma democracia — seja qual for o sistema de governo — no Brasil. Assim, parece-nos que se trata, antes, de procurar, com toda a paciência deste mundo, os meios de criar a base, o terreno propício para que uma democracia possa desenvolver-se no Brasil, antes de tentar escolher o que construir sobre esta base que ainda não existe. Por isso achamos que o que move esta tentativa de pôr o carro à frente dos bois são, antes de mais nada, interesses pessoais e de momento de políticos que não querem abandonar a carreira ou de partidos que não querem abandonar o poder — ambos presos de justifico do medo das urnas — do que convicções profundas ou preocupações altruístas com os mais altos interesses nacionais. Afinal, como pensar em termos ideais num sistema de governo sem considerar as condições objetivas para se implantar esse sistema, mesmo que implantar sistemas de governo fosse possível?

Em teoria, temos nossas preferências por um sistema parlamentarista por considerá-lo a mais moderna forma de se organizar uma democracia, ainda que não discutamos a propriedade dos argumentos teóricos com que se defendem os partidários do presidencialismo. Mas primeiro é preciso ter uma democracia. Na crise em que estamos mergulhados, que dá todos os sinais de que não será debelada em tempo previsível mas, ao contrário, de que se agravará muito ainda, antes de começar a ser contornada, qualquer parlamentarista convicto gostaria de ver pelo avesso do binóculo a hipótese de implantação do sistema, porque este seria o caminho mais curto para queimar definitivamente a idéia parlamentarista. O sistema seria fatalmente derrotado pela crise que seu primeiro governo teria de enfrentar ainda antes de estar firme nas pernas, assim como acontecerá com qualquer governo de qualquer sistema que se enfrentar com os problemas que, gerados nas profundezas da história e da cultura brasileiras, prometem explodir mais uma vez, com toda a violência.

O pressuposto básico do parlamentarismo (assim como também do presidencialismo) é a existência de um quadro partidário bem definido, de instituições solidamente plantadas e, sobretudo, de uma corporação administrativa — não usamos a palavra burocracia porque virou pejorativa — estável e competente gerenciando a máquina do Estado. Qualquer exemplo que tomemos bate neste ponto, se o que se quiser considerar é qual o melhor sistema para a Nação e não para determinados políticos e determinados partidos em determinado momento. Na Inglaterra, por exemplo, os gabinetes se sucedem e as orientações ideológicas da cúpula se alternam sem que a Nação e o seu desenvolvimento fiquem comprometidos, porque a cada mudança de comando político apenas os titulares de algumas dezenas de cargos de confiança do primeiro-ministro mudam. Mas o establishment administrativo e burocrático (e a expressão inglesa, ao contrário do que acontece no Brasil, não carrega nenhuma conotação pejorativa), altamente profissional, não se altera, e tudo continua funcionando como deve. É este establishment que realmente governa a administração pública e a máquina estatal. O mesmo exemplo é encontrado na França. Quando, em 1946, de Gaulle deixou o poder pela primeira vez, instalou-se a crise permanente da IV República, que durou 10 anos, com gabinetes que raramente duraram mais de alguns meses (vários duraram apenas dias ou semanas). Mas o desenvolvimento do país não cessou e a crise ficou circunscrita à cúpula política. Ao contrário, a França, que saíra desorganizada da segunda guerra mundial, seguiu em frente reconstruindo-se e recuperando-se enquanto os políticos "se digladiavam", como gosta de dizer o sr. José Sarney.

Mas no Brasil seria possível um milagre como este? No II Império, quando a cultura política hoje predominante ainda estava apenas em embrião, foi. Os gabinetes eram igualmente instáveis, mas o poder monárquico não era, e a Nação superava sem grandes traumas as crises políticas sob a tutela paternalista do modelo de bom senso que foi D. Pedro II. Mas hoje, 58 anos depois que a cultura política cujos traços essenciais são o fisiologismo, o patrimonialismo e o nepotismo se instalou no poder — vivemos, ainda, as consequências da implantação do caudilhismo de Vargas no governo federal — e no momento em que chegou à sua expressão mais exacerbada sob esta "Nova" República que transformou a economia em mero instrumento da política e a administração pública num feudo dos políticos e dos partidos, que seria do Brasil sob um regime parlamentarista de gabinetes necessariamente instáveis, dada a crise que teria de enfrentar?

Nas democracias mais avançadas, o que muda quando cai um gabinete ou quando um novo presidente é eleito são apenas os cargos de confiança ligados ao primeiro-ministro ou ao presidente. No Brasil presidencialista cada novo presidente dispõe sempre de qualquer coisa como 20 a 30 mil cargos para preencher com homens da sua curriola.

E neste primeiro governo da Nova República, que até agora foi muito mais parlamentarista que presidencialista, já tivemos em três anos quatro ministros da Fazenda — e o ministro da Fazenda, de 64 para cá, tem sido um autêntico primeiro-ministro —, cinco presidentes do Banco Central, e incontáveis substituições de ministros que, cada um deles, se sentem no direito de relotear todos os cargos abaixo do seu a cada mudança.

Isso para não falar no inchaço do funcionalismo com nomeações absolutamente desnecessárias, que não param nunca e que estão sempre aumentando até a massa de trabalhadores das empresas estatais.

É porque as coisas funcionam assim neste país que a prioridade nº 1 do próximo governo terá de ser fazer da corporação administrativa que governa a máquina do Estado algo de parecido com o que vemos nos países democráticos desenvolvidos. Um corpo profissional e

estável que não custe mais do que a economia nacional pode "pagar", que forneça à Nação uma defesa e um anteparo contra as crises políticas. É, entre outras razões, por terem deixado de lado esta meta essencial que nossas "elites políticas" estão na iminência de provocar o fracasso de mais esta tentativa de desenvolver uma verdadeira democracia no Brasil.

Assim, o que se espera delas, neste momento em que merecem o repúdio amplo, geral e irrestrito do povo brasileiro, é que tenham a humildade de reconhecer suas culpas, e renunciem à pretensão de continuar des governando o País. Só a ação de um verdadeiro líder que seja o intérprete da repulsa popular pela classe política — e que, portanto, não pode pertencer a ela — terá condições de, a partir do caos que está criado, conduzir o Brasil para uma verdadeira Nova República.

Forçosamente um presidente da República; jamais um primeiro-ministro que aceitou sê-lo porque sabe que o povo jamais o faria presidente.